

RONDÔNIA UM CASO NACIONAL



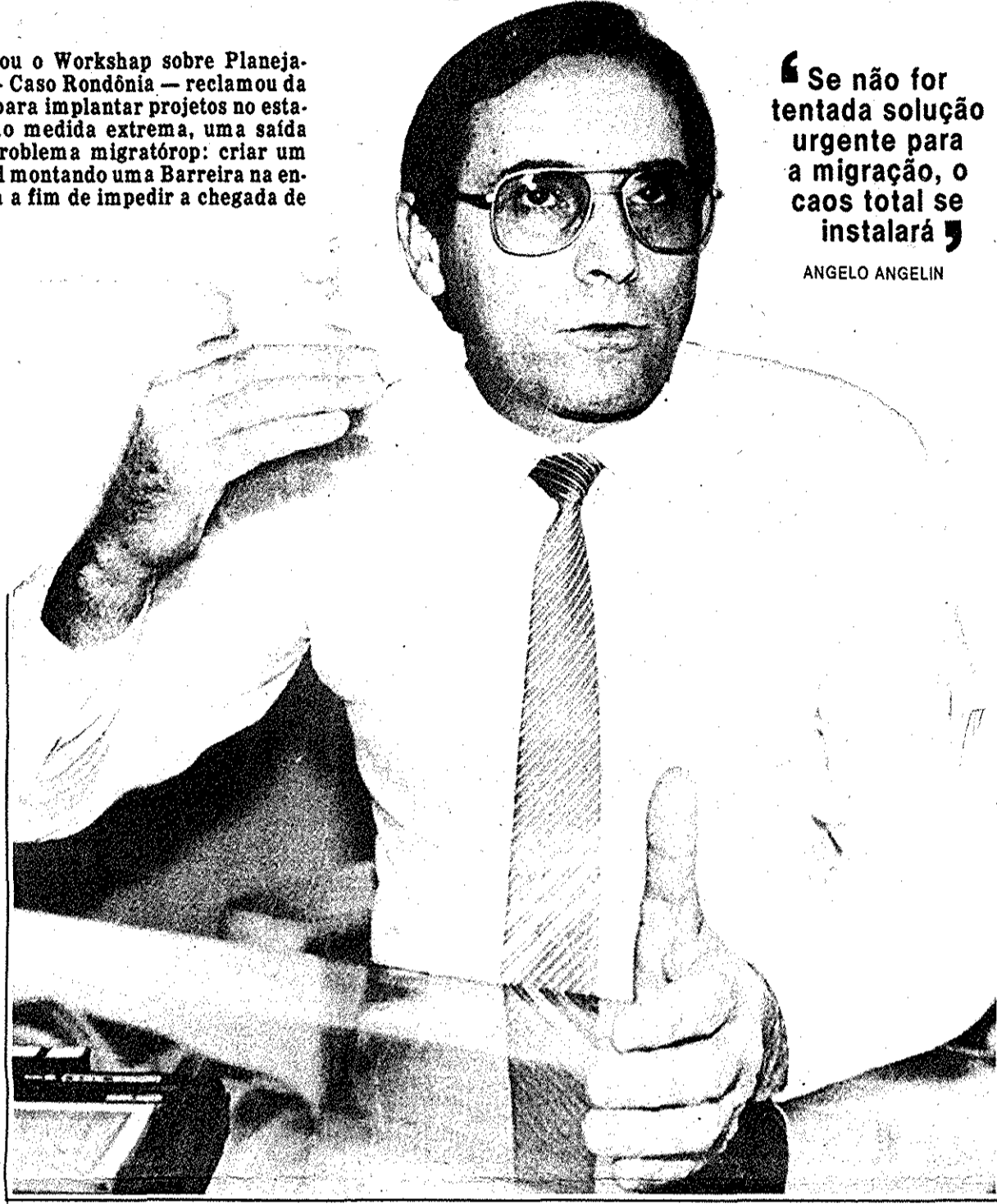
Na semana passada, a Seplan e o Governo de Rondônia promoveram em Brasília um Workshop sobre planejamento estadual, no qual foram levantados e analisados os problemas cruciais do desenvolvimento do Estado de Rondônia

Angelin pede mais apoio do Governo

Tudo começou com missões jesuítas

Se não for tentada solução urgente para a migração, o caos total se instalará

ANGELO ANGELIN



Brasília — “Os Ministros não querem saber se Rondônia existe” desabafa o Governador de Rondônia, Angelo Angelin, sem poupar críticas à postura do Governo federal em relação ao seu Estado. Para ele, os Ministros deveriam ser mais sensíveis aos problemas de Rondônia, um Estado que sofre acentuado fluxo migratório capaz de provocar “um verdadeiro caos” e estrangular qualquer planejamento. Em entrevista, Angelin

— que acompanhou o Workshop sobre Planejamento Estadual — Caso Rondônia — reclamou da falta de recursos para implantar projetos no estado e apontou como medida extrema, uma saída para resolver o problema migratório: criar um problema nacional montando uma Barreira na entrada de Rondônia a fim de impedir a chegada de novas famílias.

— Quando exatamente começou o fluxo migratório?

— Em 1974, começaram a ser criados projetos de colonização. Foi apenas um projeto. Ninguém sabia que Rondônia existia, e aquele projeto assentou mais de 500 famílias. Mas o que aconteceu? Em 1978, mais três projetos foram implantados. Em 1981, o território transformou-se em Estado. De 1981 a 1984, a população dobrou. Em 1974, tínhamos 110 mil habitantes. Em 1980, acusou 493 mil, em 1986, mais de um milhão de habitantes.

— O senhor poderia apontar as saídas para o problema migratório do Estado?

— Eu não posso impedir que o cidadão tenha o direito de ir e vir. Se eu impedir isso, estarei violentando um direito. Eu pensei, para evitar o fluxo migratório, em colocar uma barreira na estrada do Estado para proibir a entrada de pessoas, criando assim um fato, um problema nacional.

— Quais os projetos mais importantes que estão nas gavetas dos ministérios?

— Na semana passada, fui ao Ministério da Educação. Temos mais de 90 mil alunos sem sala de aula, e precisamos de recursos de Cr\$ 25 milhões a Cr\$ 300 milhões para construir escolas. Sabe qual é a programação do Ministério da Educação para nós, em 1987? Cr\$ 74 milhões. C que vou fazer isso isso? Não significa nada. Quanto ao problema da saúde, nós bancamos praticamente quase cem por cento. Pagamos a previdência e não temos a previdência. Quem banca a saúde gratuita do Estado de Rondônia é o Governo do Estado.

— O senhor poderia destacar os principais problemas do Estado na área social?

— São muitos. No ano passado, registramos oficialmente 170 mil casos de malária. Veja bem, se é possível a um Estado ter uma situação destas. Este ano, a nossa previsão é ainda maior. Quantas pessoas não morrem por falta de assistência médica? Muitas morrem porque não se tem estrada para transportar o doente. Ele morre no meio do mato. Temos milhares e milhares de casos. O colono é jogado no meio do mato, sem escola, estrada e posto de saúde. Algumas famílias contraem malária e acabam morrendo nos locais. A falta de estrada prejudica também o transporte da produção agrícola. Nas cidades, o problema é grave. Elas crescem rapidamente e não temos energia e nem água, que são duas coisas fundamentais. O não tem rede de esgoto. A capital tem aproximadamente 300 mil habitantes, que vivem sem rede de esgoto e água tratada.

O governo estadual tem tentado atacar o problema da energia?

— O governo está construindo pequenas centrais hidrelétricas para tentar amenizar o problema energético. Estamos importando oito máquinas do Equador e 20 da União Soviética.

— E no setor de saneamento?

— Precisaria um volume alto de recursos para resolver o problema de rede de esgotos e a água na ordem de Cr\$ 2 bilhões. Tivemos financiamento de US\$ 40 milhões para o problema de água e precisaria de mais uns US\$ 200 milhões para iniciar a implantação da rede de esgoto. Além disso, temos de construir este ano mais de 500 salas de aula na área urbana e mais 1400 na zona rural a fim de atender a demanda da criança que está na fase escolar. Na área da saúde, eu teria de construir mais 800 leitos para atender a demanda.

— O senhor vê nos últimos resultados eleitorais melhores condições

para Rondônia?

— Eu acho que os resultados das eleições vão significar muito dentro deste contexto. Nós ganhamos cinco dos oito deputados federais, os dois senadores e 15 deputados estaduais em uma bancada de 24.

— A bancada já definiu uma estratégia para pressionar os Ministros a favor dos pleitos de Rondônia?

— Pretendemos, através de projetos bem elaborados, pressionar as nossas autoridades diretamente para que o Estado venha, de fato, a ser mais considerado, mais respeitado e visto dentro de sua realidade.

— Rondônia oferece condições de trabalho às fam famílias que diariamente chegam ao Estado?

— Emprego tem em Rondônia. Existe trabalho para todo mundo. A grande mão-de-obra é desenvolvida na área rural. Nesta zona, cada um tem seu pedaço de terra para trabalhar. E aqueles pequenos industriais empregam e até encontram dificuldades em encontrar mão-de-obra.

— O Estado enfrenta problemas com as populações indígenas?

— Existem problemas com os índios que surgem por causa da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). O número de índios é pequeno, mas há uma política da Funai no sentido de criar grandes reservas de índios no Estado. Rondônia tem atualmente quatro milhões e poucos mil hectares só de reservas indígenas. Eu considero isso um absurdo porque não tem índio para isso. As áreas de reservas indígenas são as melhores, ou seja, as mais férteis e com pesquisas de grandes jazidas de minérios. Eu pergunto, então: por que será que coincidentemente as melhores áreas e as melhores jazidas estão nas reservas dos índios?

— O senhor não concorda com demarcação das terras dos índios?

— Claro que sou favorável a que se dê terra ao índio. Ele é nativo e tem direito a sua terra. Mas, eu não concordo com o critério adotado pela Funai.

Que importância os debates do “Workshop sobre planejamento estadual — caso Rondônia” poderão ter no desenvolvimento do Estado?

— É um despertar. Espero que chame a atenção de Brasília, mostrando que Rondônia existe e precisa de atenção especial do Governo Federal. O Estado não pode continuar recebendo desprezo. O objetivo do encontro foi no sentido de tentar sensibilizar as autoridades para que os ministros conheçam a realidade de Rondônia.

— Desde que se transformou em Estado, em 1981, Rondônia vem recebendo migração acentuada de famílias de várias regiões. Como está atualmente esse problema?

— Rondônia se configura entre os demais como um Estado especial, porque registra um índice migratório nunca visto na História do Brasil, à exceção de Brasília, onde tudo foi programado. Hoje, temos um índice migratório de 18 por cento índice migratório que estrangua qualquer planejamento.

— Como é a atuação do Governo Federal em Rondônia?

— O Governo Federal tem sido muito ineficaz com o Estado, tanto que ainda não tomou conhecimento de que ele é um Estado especial. Hoje, o Estado tem uma situação afiliva na educação, saúde, transportes, energia e habitação. São os setores mais violentados provocados pelo processo migratório.

— Como a situação poderá ser modificada?

— O problema só será superado através de uma pressão política bastante acentuada, por que os Ministros só agem, de fato, impulsionados pela pressão política. Se o Estado tem peso político, consegue viabilizar os recursos necessários. Não adianta o Governador ir à Brasília brigar com os Ministros e mesmo com o próprio Presidente que os recursos não saem mesmo. Saem apenas migalhas que não significam nada.

— A que o senhor atribui o alto índice migratório em Rondônia?

— O Estado é extremamente rico. Tem grande potencial mineral e terras férteis, e ainda oferece condições fabulosas para serem desenvolvidas. Rondônia já comparece com uma produção significativa de arroz, milho, café, cacau, seringa e fora isso, temos a produção extrativa da madeira e minérios como cassiterita, ouro e topázio.

Questão indígena, tema para a Constituinte

A questão indígena é política e precisa ter um tratamento especial dos constituintes que vão elaborar, no próximo ano, a futura Constituição Brasileira. Esta foi a conclusão que técnicos do Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA) da Seplan, funcionários da Funai e Assesores do Governo de Rondônia chegaram após analisar a situação do índio, especialmente em Rondônia no Workshop sobre Planejamento Estadual. O técnico da Funai, José Jaime Mancin, disse que no Estado 17 áreas indígenas foram demarcadas, com 5,7 milhões de hectares. Segundo ele, novas áreas de índios vão surgir e não pertencem ao Estado, mas sim à União. No futuro, explicou, serão áreas de preservação de Rondônia abrangendo ainda 12 grupos distintos de índios, cada um com sua língua, tradição e costumes.

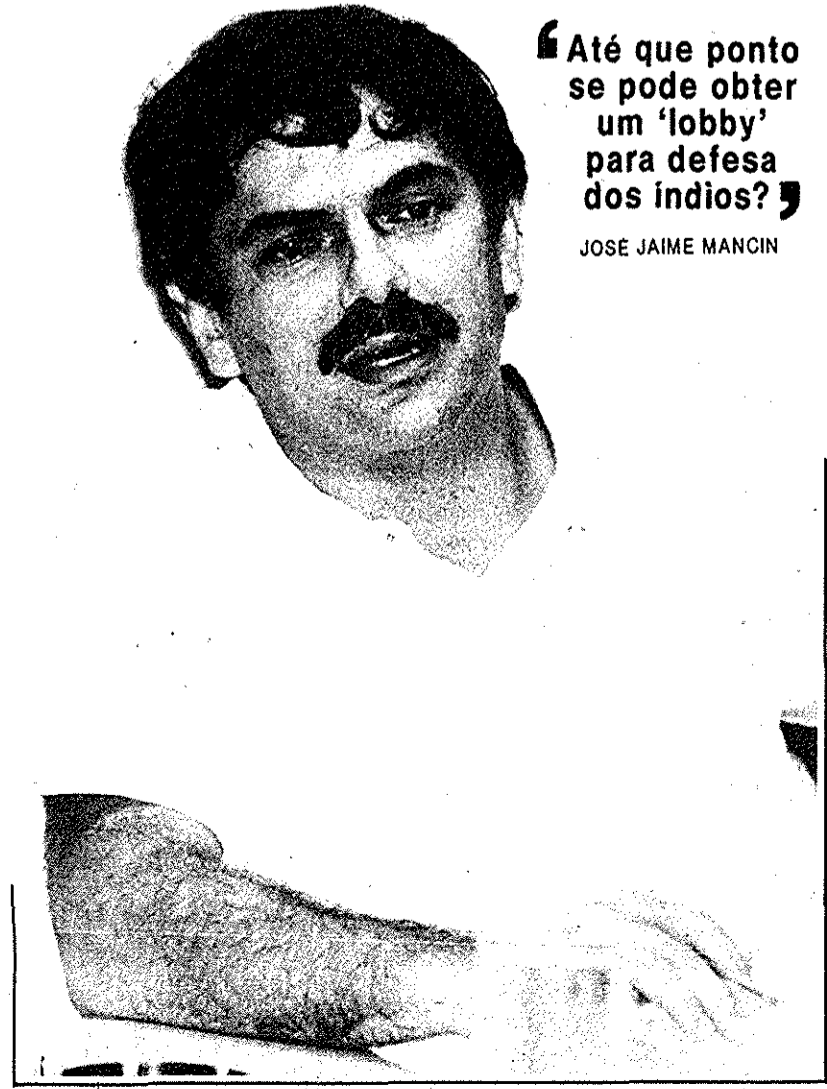
Mancin manifestou preocupação com o tratamento a ser adotado pelos Constituintes em relação ao problema indígena.

A Constituinte é uma incógnita em relação ao problema do índio. Estamos preocupados porque há pessoas dizendo que haverá mudança neste setor. E a mudança sempre é em prejuízo do índio com relação a terra e minérios, e isso não tem como garantir. A preocupação é grande, e não sei até que ponto pode se conseguir lobby para defender a causa indígena. Tem a Igreja, mas não sei se os seus representantes na Constituinte terão força — observou Mancin.

Segundo Mancin, o Governo preci-

Até que ponto se pode obter um ‘lobby’ para defesa dos índios?

JOSE JAIME MANCIN



sa adotar diretrizes para a definição das áreas indígenas que ficam em zonas de fronteiras. Em Rondônia, segundo o técnico da Funai, dez grupos indígenas ainda estão sem áreas definidas e precisam ser demarcadas. Além disso, cinco outras já estão aguardando apenas o ato de demarcação, pois já foram definidas.

— As áreas de Rondônia estão sofrendo muito a invasão de colonos que não encontram opção e acabam indo para as terras dos índios e terra, então, de ter um plano de controle das invasões. Este plano deveria ter a participação de vários órgãos como Funai, IBDF, Polícia Florestal e outros que atuam na política de preservação, disse.

Além de defender a preservação das áreas indígenas, o técnico da Funai reforçou a necessidade de criar um plano de saúde preventivo para atender aos índios. Seria, também, na sua opinião, um trabalho conjunto com o Ministério de Saúde, Funai e outros.

— Uma gripe que é insignificante para nós brancos pode representar extermínio dos índios, observou.

Mancin lembrou também que o Governador de São Paulo, Franco Montoro, para resgatar uma dívida com os índios, tomou a iniciativa de definir como indígenas seis áreas do litoral paulista.

A Funai apenas entrou para formalizar, afirmou.

O Secretário de Planejamento de Rondônia, João Samuel Miragem afirmou que a questão indígena precisa ser tratada “com mais humanismo”.

Miguel Arab, Coordenador do Polonoroeste: balanço dos projetos Polonoroeste em Rondônia

O coordenador do Polonoroeste, Miguel Arab, fez uma análise dos projetos desenvolvidos em Rondônia, ressaltando que, em julho do ano passado, foi feita uma reformulação com o objetivo de redirecionar os programas ligados à produção agrícola e à preservação ambiental.

Segundo Miguel Arab, alguns programas estão com seus prazos chegando ao limite e, por isso, as autoridades vão examinar a possibilidade de prorrogá-los a fim de “continuar levando o desenvolvimento daquilo que se mostrou viável em Rondônia”. Ao destacar os avanços do Polonoroeste em Rondônia a partir de julho do ano passado, Miguel Arab afirmou: — Nos últimos 18 meses os avanços têm sido grandes. Ainda falta muito para atingirmos o que consideramos ideal, mas não podemos deixar de fazer uma comparação com os eventos que ocorreram até julho de 1985. Depois disso, tivemos diversas áreas indígenas demarcadas, avanços na parte fundiária e na parte ambiental e florestal. Foram criados o Instituto Estadual de Floresta, o Conselho Estadual do Meio Ambiente, o Departamento Florestal, os Planos Diretrizes pela Secretaria do Meio Ambiente (Sema) e feitos seminários e debates com autoridades do setor no Estado e em Brasília.

O coordenador da Suduco no Polonoroeste afirmou, também, na sua exposição durante o “Workshop sobre Planejamento Estadual-Rondônia” que o governo estadual ofereceu total apoio para que os projetos pudessem obter avanços. Idealizado nos anos 79 e 80, o programa Polonoroeste engloba os Estados Rondônia e Mato Grosso. Miguel Arab disse que de 1981 a 1984 foi um período de implantação de infra-estrutura no Estado como estradas, núcleos urbanos, escolas, postos de saúde.

— Em 1984, aconteceu a missão de avaliação do Banco Mundial, que constatou alguns itens dos contratos que deveriam ter sido cumpridos em tempo mais rápido. Basicamente os contratos ligados à questão indígena. Tivemos, então, um período de paralisação, enquanto aconteciam as transições de governo de novembro de 84 a julho de 85.

Após a exposição de Miguel Arab, o Assessor Especial do Governo de Rondônia, Francisco Ansiliero, lembrou que a extensão do Polonoroeste no Estado é pequena, como também são escassos os recursos destinados ao programa.

— O dinheiro do Polonoroeste é muito pouco em face dos problemas de Rondônia — disse, acrescentando que quando as autoridades do Governo estadual pedem verbas ao Governo federal, os Ministros alegam que não darão recursos, uma vez que o Estado já tem o Polonoroeste.



Dividido em três grupos de trabalho, o Workshop sobre Rondônia teve como objetivo aperfeiçoar a capacidade de diagnosticar a região além de identificar e propor alternativas para o desenvolvimento



COBERTURA ESPECIAL

RONDÔNIA, UM CASO NACIONAL



Temas para debate: migração, assentamento humano e índios

"Me angustio muito quando vejo aqueles caminhões e ônibus cheios de adultos e crianças chegando em Rondônia pensando em melhorar de vida". A declaração é do assessor especial do Governo de Rondônia, Francisco Ansillero, durante o "Workshop sobre planejamento Estadual-Caso Rondônia", promovido pela Secretaria de Planejamento (Seplan).

Na abertura do seminário, na última quinta-feira, com a presença de Assessores do Governo de Rondônia e técnicos de vários Ministérios, Ansillero fez uma longa análise dos principais problemas que atingem o Estado. O encontro, realizado no Cen-

tro de Treinamento para o desenvolvimento econômico (CENDEC) ligado ao Instituto de Planejamento Econômico (IPEA) da Seplan, teve como objetivo aperfeiçoar a capacidade de diagnosticar a região, mostrar os programas e projetos, além de identificar e propor alternativas de desenvolvimento.

Tanto os assessores do Governo estadual quanto os técnicos do Governo Federal alertaram para a necessidade de um entrosamento dos diversos setores para se chegar a uma ação de planejamento. Na sexta-feira (dia 17) dando prosseguimento aos debates, foram criados três grupos de trabalho. O primeiro

examinou as questões de migração, assentamento e comunidades indígenas; o segundo, apresentou uma proposta de desenvolvimento do Estado; e o último, avaliou a infra-estrutura econômica e social.

Francisco Ansillero disse que uma das preocupações da atual equipe do Governo de Rondônia, é deixar amplas perspectivas de ação para o Governo que assumirá em março.

— Uma coisa me deixa profundamente humilhado, disse Ansillero. É diante da impotência para salvar a vida no sentido literal da palavra. Espero que este seminário sensibilize os setores de decisão para que os sofrimentos sejam menores naquela re-

gião. Me angustio vendo chegar famílias que vão procurar escolas e hospital que não existem. Existe menos da metade de leitos necessários, sendo aproximadamente 20 candidatos para cada vaga de leito e esperando para ser internado — continuou o assessor de Angelo Angelin.

A população de Rondônia, segundo informou Ansillero, continua crescendo 16 por cento ao ano. Além disso, o Estado encontra dificuldades, conforme explicou, para aprovar seus projetos em Brasília. Na sua opinião, o planejamento precisa se desenvolver dentro de uma política de capacitação de recursos humanos mais agressiva.



Atraídos pela lenda do Eldorado, os migrantes chegam de todos os pontos

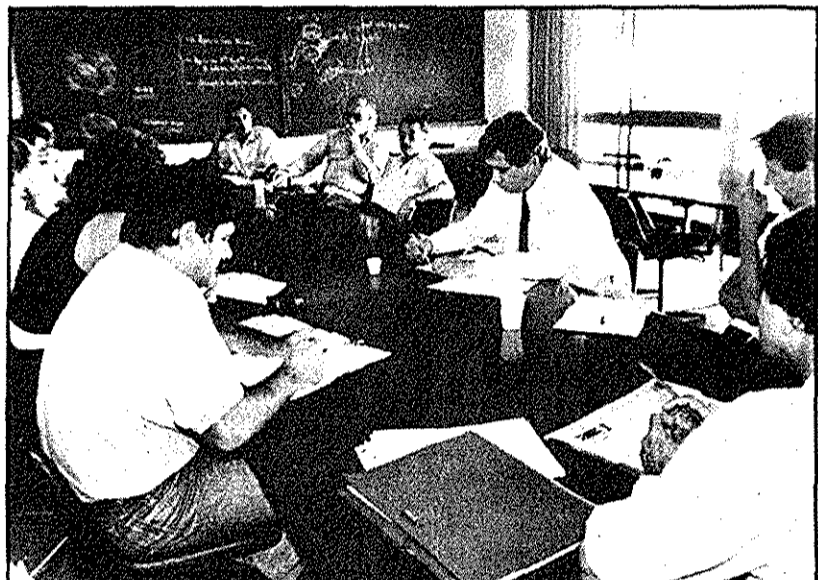
Entre migrantes, jovens predominam

Alguns dados apresentados pelo assessor aos técnicos da Seplan:
 ● Em 1981, chegaram a Rondônia 60.218 pessoas, das quais quase 80 por cento se encontravam na faixa de zero a 35 anos. Em 1982, houve um declínio do fluxo migratório, passando para 58.052. Em 1983-84 novamente é detectada uma ascendência, apresentando índices de crescimento na ordem de 53,98 por cento e 154,62 por cento, respectivamente. Já em 1985, se verificou um pequeno decréscimo relativo a 1984, contudo, atinge 151,79 por cento em relação a 1981.

● Anualmente há uma expressiva incorporação migratória de pessoas jovens. Para cada grupo de cem pessoas, pelo menos 17, em média, são crianças de zero a seis anos; outras 83 se encontram no grupo de até 40 anos e, o restante, cerca de 10, são pessoas em idade senil.

● Segundo os dados do governo estadual, a população de Rondônia, no período de 70/80, apresentou taxa de crescimento da ordem de 16 por cento ao ano com maior velocidade de crescimento na zona rural (17,48 por cento) contra os 14,49 por cento na zona urbana. Os menores de 20 anos constituíram cerca de 57,06 por cento da população total, significando, em termos de saúde, maior vulnerabilidade desse grupo às doenças transmissíveis e às ações espoliativas do ambiente.

● Um dos principais problemas de Rondônia é saneamento, o que, no entender de assessores do Governo, provoca maior número de doenças. As condições de saneamento básico são precárias: 44,83 por cento da população, em 1985, não contavam sequer com abastecimento de água; e, em todo o Estado, menos de 100 duas pessoas (1,72), em cada 100, tinham acesso aos serviços de esgotamento sanitário.



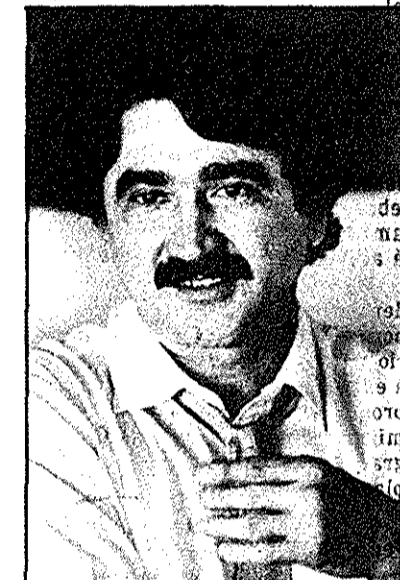
Um dos grupos de trabalho que durante dois dias discutiu os problemas de Rondônia



Francisco Ansillero
Assessor Especial do Governo de Rondônia



Marcelo Alves de Moraes
Técnico do Instituto de Planejamento



José Humberto Ellery
Técnico do Instituto de Planejamento

Santa Luzia (10 mil habitantes) sem médico

Os coeficientes de mortalidade geral e infantil no Estado, em 1985, foram respectivamente cinco por mil habitantes e 80,53 por mil nascidos vivos. A alta taxa de mortalidade infantil reflete baixo nível de saúde. A participação dos menores de cinco anos no total de óbitos atingiu 41,21 por cento, sendo que destes 32,04 por cento eram menores de um ano.

— Como estabelecer metas para o setor de saúde com uma base populacional muito alta? — perguntou o Assessor do Governo de Rondônia Roosevelt José Bastos. Ele acrescentou que o município recém-emancipado de Santa Luzia, de 10 mil habitantes, não tem um médico e nem um posto de saúde.

Para completar, Francisco Ansillero lembrou de outro setor precário do Estado: energia elétrica. Segundo ele, é "um pesadelo" e 40 por cento da capacidade estão instaladas na zona urbana.

— Instalados. Não falei que estão funcionando sistematicamente. Como regra geral, estamos utilizando motores velhos comprados em outras regiões do país ou em outros países — prosseguiu.

Segundo ele, o problema da energia é crucial e inviabiliza os investimentos e a industrialização porque não existe energia nem para uso doméstico, ainda mais para uso industrial. Apesar de ressaltar que as perspectivas do abastecimento energético do Estado são negras, Ansillero afirmou com entusiasmo:

— Eu tenho certeza que Rondônia não é mais um projeto a fundo perdido, é investimento. Isso eu tenho certeza. O café é viável, o cacau é viável e a seringueira é viável. Rondônia é viável. Agora é preciso dar algumas condições de saúde, educação, saneamento, energia elétrica e perspectiva de transporte para per-

mitir o escoamento da produção. Acho que é necessário fazer uma cultura usando a capacidade do pessoal que está em Rondônia. Este é o grande problema: levar a sério o pessoal que teve experiência e se desenvolveu no Estado. É preciso aproveitar a potencialidade da região.

Em nome do Instituto de Planejamento (IPLAN), ligado ao IPEA, o técnico Marcelo Alves de Moraes disse:

— Não levar o pessoal que vive em Rondônia a sério seria o mesmo que não levar a sério o futuro. Ele defendeu uma ação articulada entre os Governos Federal e Estadual a fim de buscar soluções para os graves problemas de Rondônia.

— Rondônia deve ser vista como uma potencialidade e um meio para que venha a viabilizar seus objeti-

vos. A questão populacional vem causando pressão no sentido de viabilizar a infra-estrutura e um esforço no sentido de desencadear uma maior geração de receita. O problema de Rondônia tem sido objeto de preocupação no tocante ao setor ambiental e na área indígena. A questão do índio talvez seja o veículo mais disponível para que se consiga uma preservação do meio ambiente — afirmou, mostrando também sua preocupação com a poluição do rio Machado por empresas ligadas à mineração de cassiterita.

O Secretário de Planejamento de Rondônia, João Samuel Miragem, que colaborou na elaboração do plano agropecuário e florestal do Estado, disse que a falta de planejamento em todos os níveis tem sido o principal motivo do uso irracional dos recursos.

— Esta situação tem que mudar,

pois os recursos da União não são eternos. O Estado precisa fazer um planejamento a fim de racionalizar os recursos, e isso nós tentamos fazer no plano agropecuário e florestal que será o ponto de partida para o plano de desenvolvimento industrial — afirmou o Secretário.

Segundo João Samuel Miragem, o plano agropecuário prevê o aproveitamento dos solos, mudança do modelo agrícola a fim de preservar as condições do solo e a montagem de uma infra-estrutura econômica e social do Estado. Este plano, no entender do Secretário, é uma peça fundamental que o atual governo deixará para Gerônimo Santana, eleito em novembro, pelo PMDB.

Economia da terra, o expressivo e o negativo

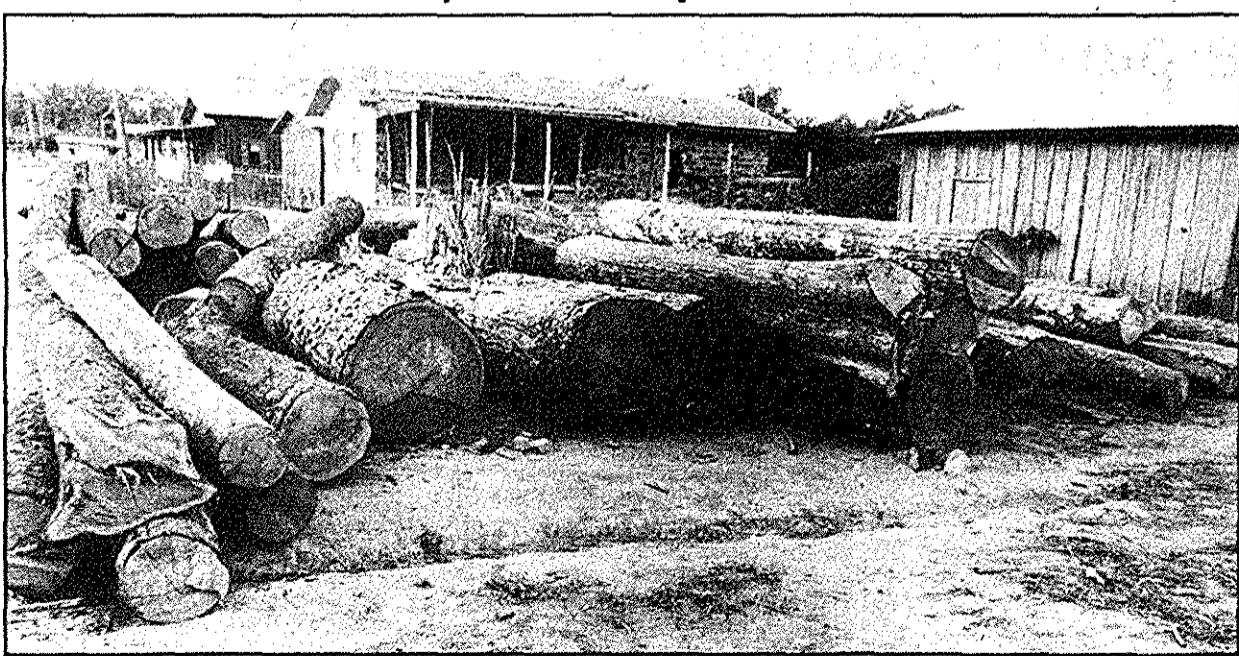
Os agricultores e pecuaristas têm provocado o desmatamento como forma de materializar efetivamente a participação na ocupação de Rondônia. Segundo informações do Governo estadual, estima-se que nos 23.304 hectares do Estado já houve desmatamento de 14 a 17 por cento. Desse total, a área cultivada é de 600 mil hectares e o restante é ocupado por pastagens de diferentes tipos.

As terras cultivadas dividem-se em culturas anuais — menos de 400 mil hectares —, e perenes, média de 200 mil hectares. Entre a cultura anual estão arroz, com 183 mil hectares de plantio; feijão com 75 mil; milho, com 133 mil e mandioca, com 24 mil hectares. O feijão é normalmente plantado em áreas de outras culturas como o arroz ou milho, ou em consórcios de plantações das culturas perenes.

A queda da produtividade em Rondônia pode ser explicada por dois fatores, segundo informações oficiais: primeiro, os bons solos, em sua maioria, já estão ocupados e as áreas novas, na maior parte, são de solos de baixa fertilidade; segundo, quando os produtores fazem rodízio das culturas, estão usando solos cada vez menos férteis ou áreas já cansadas.

Nas culturas perenes, a área total plantada está estimada em mais de 170 mil hectares, dos quais 90 mil em produção, seguem-se o cacau com 46 mil hectares e a seringueira com 17 mil hectares plantados. Segundo os técnicos do Governo, a seringueira está com problema de desenvolvimento físico, o que recomenda o plantio só através de consórcio enquanto o problema não é resolvido.

Nos últimos seis anos, a produção agrícola do Estado tem apresentado sensível crescimento. O grão alcançou uma evolução de cem por cento, o que corresponde a um aumento da produção de aproximadamente 84,62 por cento. As culturas perenes como



Núcleo Rural de Alto Paraíso: sob controle do IBDF, a madeira é um dos suportes da economia de Rondônia

café e cacau registraram crescimento de 24 por cento e 285 por cento, e na produção 289 por cento e 751 por cento, respectivamente.

Borracha: Rondônia é um dos principais produtores de borracha natural do país. A área de produção ainda concentra-se em regiões pouco desbravadas: nos municípios de Costa Marques e Guajará-Mirim. A produção das duas localidades atinge 50 por cento em relação ao resto do Estado.

Castanha-do-Brasil: Este produto já teve seu período de destaque em Rondônia. A partir de 1970, houve uma queda na produção da castanha por causa do desenvolvimento das atividades agrícolas e pecuárias em função da entrada dos migrantes oriundos de outras regiões. Os hábitos e costumes diferentes levaram muitos migrantes a fazer derrubadas e queimadas incontroladas e

sem qualquer proteção às castanheiras.

Parte da castanha produzida em Rondônia é destinada ao mercado interno, e parte é exportada depois do processo de beneficiamento e embalagem em uma usina no município de Guajará-Mirim.

Madeira: A produção da madeira é controlada pelo IBDF através da delegacia em Porto Velho e outros cinco postos florestais localizados no interior. Segundo informações do próprio IBDF, existem três fábricas de palmito que produziram no ano passado 120.156 quilos do produto. A produção de serrado, das 524 serrarias, foi de 428.890 m3 e a produção de laminados, das 20 laminadoras foi de 43.767 m3.

Por outro lado, o setor de pesca também é uma atividade econômica expressiva no Estado. Com inspeção da Superintendência do Desenvolvi-

mento da Pesca (Sudepe) destacam-se como regiões produtivas Porto Velho e Guajará-Mirim, embora a produção se processe em todo o Estado. A produção de Rondônia tem oscilado muito nos últimos anos, mas chega hoje a 1.043 toneladas por ano.

Com a instalação do terminal pesqueiro de Porto Velho, em 1982, o setor da pesca passou a contar com apoio decisivo para seu desenvolvimento e a montagem de uma estrutura de comercialização, armazenamento e assistência do pescador. A qualidade do produto foi substancialmente alterada com a substituição do gelo em escamas e o melhoramento das câmaras frigoríficas.

Pecuária: O sistema de criação de bovinos em Rondônia é predominantemente extensivo, não havendo, segundo informações, cuidado com re-

lação ao manejo mais adequado dos rebanhos. A maior parcela do rebanho está nos municípios de Pimenta Bueno, Vilhena e Ouro Preto do Oeste. O crescimento do bovino tem ocorrido de maneira acelerada, cerca de 265 por cento desde 1980.

A formação da bacia leiteira do Estado é fundamentada em rebanho misto (carne e leite) com resultado do cruzamento sem maiores orientações zootécnicas de gado holandês, variedade frísia, com gado zebu, participação em maior escala do gir.

O rebanho bovino está estimado em mais de 1,2 milhão de cabeças com uma área de pastagem em torno de 1,5 a dois milhões de hectares. O crescimento da produção bovina deverá ser mantido em função do grande número de produtores que explora a pecuária como uma das atividades paralelas à agricultura.

Quanto aos rebanhos suíno e avícola ocorrem com maior frequência nas pequenas propriedades. O avícola teve um crescimento de 70,59 por cento no período 1980/1984 e o suíno cresceu em 150 por cento nos últimos cinco anos. O efetivo avícola é praticamente representado por aves caipiras, criadas com manejo rudimentar.

O rebanho de aves está estimado entre 4,5 a cinco milhões de cabeças, e se alimenta basicamente de milho. Quanto ao suíno, está estimado em mais de um milhão de cabeças. A criação de suínos deverá continuar com tendência de concentração em termos de criação extensiva, sem maiores cuidados sanitários e com alimentação deficiente em valor nutricional, segundo relatório de técnicos ligados ao governo de Rondônia. As raças predominantes são as nacionais-Nilo, Canastra e Raça com menor ocorrência das mestiças com Landrace, Duroc e Large White. A forma de criação é em mangueiros e, às vezes, à solta.

Equipes técnicas para os pleitos

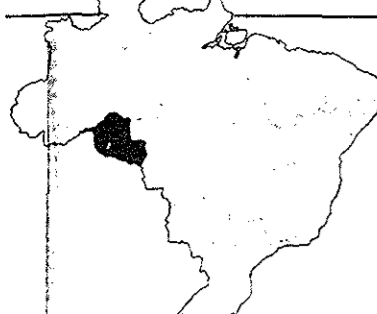
Para o desenvolvimento econômico do Estado de Rondônia, técnicos que participaram do Workshop sobre Planejamento Estadual consideraram importante a criação de equipes técnicas em nível de governo para atuar a favor do aproveitamento das potencialidades através de uma sólida estrutura e capacitação de recursos humanos.

Depois de uma análise sobre as necessidades do Estado para desenvolver-se economicamente, os técnicos concluíram que a falta de recursos do Governo Federal poderia ser razões políticas. O poder de pressão político do Estado, em nível parlamentar e em nível de estrutura local, é pequeno em comparação ao poder de influência de outras unidades da federação.

Os técnicos sugeriram, então, a formação, pelo Estado, de uma equipe para fazer gestões junto ao Executivo e viabilizar a alocação de recursos necessários aos projetos prioritários. A equipe teria também missão de acompanhar os pleitos em nível federal.

O Assessor Especial do Governo de Rondônia, Francisco Ansillero, ressaltou também que o problema da mineração que este é um assunto que precisa ser abordado na constituinte.

— O estado tem que impedir as invasões onde existe alvará. Tem que absorver os excedentes na mineração e, além disso, os investimentos nas áreas de mineração são muito irracionais. As mineradoras precisam ajudar o estado a compor a estrutura urbana e tornar permanente a permanência do indivíduo na cidade e não colocá-lo em um estágio transitório em uma pseudocidade porque depois ele vai para as zonas urbanas e viram marginal, disse.



RONDÔNIA UM CASO NACIONAL



Sob a pressão das grandes correntes migratórias, Rondônia vê dia a dia se agravarem seus problemas cruciais na saúde, transporte, estradas, energia, educação, saneamento básico e água

Sistemas alternativos, propõe grupo de trabalho

Após avaliar a situação de Rondônia provocada pelo acentuado fluxo migratório, o grupo de trabalho formado por técnicos do Governo estadual e do Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA) da Seplan — reunido no Workshop sobre Planejamento Estadual — sugeriu como forma de amenizar o problema a racionalização da ocupação das terras ainda disponíveis, a revisão do modelo fundiário pelo Incra, e a criação de sistemas alternativos de produção.

de saúde, educação e agrícola. Por sugestão do assessor do Governo de Rondônia, Francisco Ansiliero, será preciso divulgar também o máximo de informações sobre o que o migrante necessita para obter sucesso no Estado, desde a melhor época do ano para plantio, o período de chuvas e as alternativas disponíveis. Ansiliero ressaltou que Rondônia recebe uma avalanche de migrantes descapitalizados e sem condições de enfrentar, independentemente da ajuda do Governo, os problemas básicos.

— Não queremos que este pessoal seja colocado em Rondônia de maneira irracional e sem qualquer perspectiva — afirmou Ansiliero. O secretário de Planejamento de Rondônia, João Samuel Miragem, disse que a migração provocada pelo Incra, através dos projetos de colonização, deveria ser mais bem planejada. Na sua opinião, é necessário procurar uma forma de dar por exemplo, atendimento médico mais efetivo à população. Citou, como sugestão, a contratação de médicos e dentistas para trabalhar nas regiões, com equipamentos móveis.



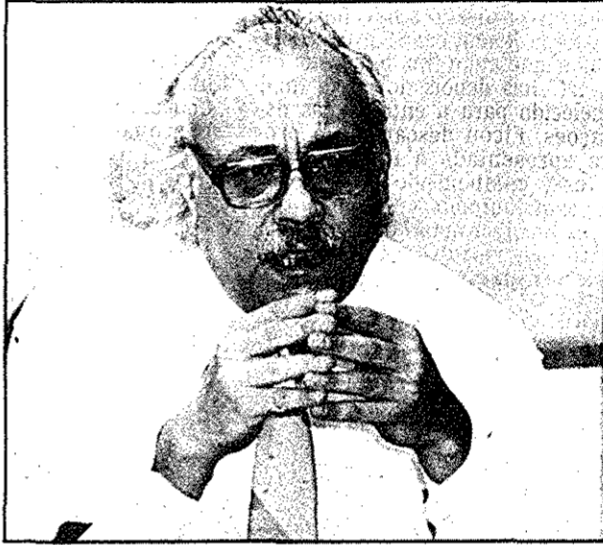
Uma família paulista estabelecida em Ji-Paraná: trabalho não falta na infra-estrutura precária

Em dez anos, um aumento de 121%

A faixa de sete a 14 anos contribui com quase 18 por cento no conjunto dos migrantes que chegam a Rondônia. Além de não ter participação expressiva na mão-de-obra é também o grupo de pessoas que se encontra na faixa da compulsoriedade escolar. De 15 a 29 anos de idade, no setor primário, detém mais da metade da mão-de-obra ocupada (55,33 por cento) e o de 15 a 44 anos de idade representa 3/4 do setor. No setor terciário, quase 80 por cento estão situados na faixa etária de 15 a 40 anos, e no secundário, verifica-se uma alta participação desta faixa de idade. As pessoas caracterizadas como não economicamente ativas foram encontradas no segmento de 15 a 34 anos de idade — um grande número de adolescentes, jovens e adultos. Os sem ocupação foram representados quase que unicamente pela faixa de sete a 14 anos de idade, e que contribuem com 98,26 por cento. As autoridades de Rondônia insistem em lembrar que o Governo Federal toma como base o censo do IBGE de 1980 para verificar o crescimento populacional. Este censo, na opinião destas autoridades, foi feito porém muito rapidamente. Alguns dados relevantes podem ser observados de acordo com as estatísticas da Secretaria de Planejamento do Estado.



Roosevelt José Bastos, Assessor do Governo de Rondônia



João Samuel Miragem, secretário de Planejamento

Maiores contingentes: Sul e Centro-Oeste

Segundo o censo de 1980, do IBGE, 328.339 pessoas não eram naturais de Rondônia, o equivalente a mais de dois terços da população. A partir de 1981, chegaram a Rondônia 60.218 pessoas, sendo que 80% se encontram entre a faixa de zero a 35 anos de idade, evidenciando um enorme contingente de crianças, jovens e pessoas maduras no efetivo populacional do Estado. As regiões Centro-Oeste (25,39 por cento), Sul (23,62 por cento) e Sudeste (21,15 por cento) foram responsáveis em 1981, por mais de dois terços do contingente migratório, seguidas das regiões Norte (17,70 por

cento) e outras com 12,14 por cento. Para cada grupo de cem migrações, quase 30 originaram-se da região Sudeste, pelo menos 27 eram da região Sul e cerca de 25 da região Centro-Oeste. Analisando os dados do censo de 1980, Rondônia demonstrava uma taxa de ocupação — população economicamente ativa sobre população atual — na ordem de 34,39 por cento, ou seja, pouco mais de 34 empregos para cada cem residentes, situação esta quase idêntica ao Brasil como um todo, que apresentou taxa de 35,49 por cento. As alterações na composição da estrutura da produção estadual, na

década de 1970/80, resultaram em mudanças crescentes da participação setorial na geração de empregos. Em 1970, 46,9 por cento da força de trabalho estavam empregadas na agropecuária e, em 1980, esta participação elevou-se para 52,81 por cento. No mesmo período, o setor secundário aumentou a participação dos seus efetivos de 12,39 por cento para 13,62 por cento provenientes, sobretudo, da maior expansão da indústria de transformação. Com relação ao setor terciário, houve um movimento descendente com taxas passando de 40,71 por cento para 33,57 por cento. Este decré-

cimo procede, segundo a valiação de pesquisas, da queda relativa na participação da mão-de-obra alocada nos subsetores como transporte, comunicação, administração e outras atividades. Nos anos de 1981/82 existiam, para cada grupo de 1000 homens, 157 e 133 mulheres, respectivamente. Esta participação assume maiores proporções nos anos de 1984/85 quando o número de mulheres é quase a metade do de homens. Em relação ao número de dependentes que acompanham os chefes de família ou os responsáveis, na fa-

ixa etária de 15 anos e mais, verifica-se que a maior concentração é defendida pelos grupos de zero a seis e sete a 14 anos, apresentando nos anos de 1981/82 e 1984/85, as seguintes participações: 54,56 por cento, 49,59 por cento, 99,40 por cento e 99,48 por cento. Foi constatado também um aumento migratório em relação ao número de mulheres e dependentes nos anos de 1984 e 1985. Desse fato, poderia-se deduzir que os homens migraram sozinho, numa primeira fase, para em seguida, após se acomodarem no Estado levarem os seus familiares.

Plano prevê ocupação ordenada da região

O Plano Agropecuario e Florestal de Rondônia que Angelo Angelini passará ao futuro Governo do Estado, tem como objetivo contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos produtores rurais e suas famílias, fixar o homem à terra, absorver o contingente migratório e possibilitar uma ocupação ordenada da região.



Com a queda da produtividade, culturas, como a do café, se tornam itinerantes

associados ao agropecuario e florestal. — Quando o plano agropecuario começará a ser executado? — E um plano para o próximo Governo. Nós tínhamos uma política de desenvolvimento, mas não tínhamos metas e planos mais sofisticados. Na implantação do plano vai ser procurado comprometer todos os recursos da agropecuária do Estado, desenvolvendo não só órgãos federais como também estaduais. — Quais os resultados que o senhor tira do Workshop sobre Planejamento Estadual — Caso Rondônia? — A problemática de Rondônia foi analisada por técnicos altamente capacitados e de vários órgãos e isso é sempre interessante. Sempre pode surgir uma série de soluções que nós, que estamos totalmente envolvidos no processo, nem percebemos. Este seminário foi altamente importante e construtivo para nós, que estamos enfrentando a realidade de Rondônia. Procuramos definir as grandes linhas e se espera que na segunda etapa do seminário a ser realizada no próximo ano, em Rondônia, sejam mais bem definidas as propostas para uma ação conjunta de planejamento entre os órgãos federais e o Governo de Rondônia. O

seminário foi muito importante, tanto do ponto de vista profissional como do ponto de vista da Secretaria de Governo de Rondônia, porque mostramos uma realidade e recebemos análises muito positivas. Pelos estudos realizados, se o Plano Agropecuario e Florestal não for executado, Rondônia dificilmente romperá o ciclo da tecnologia rudimentar utilizada pela maioria de seus produtores, duplamente perigosa para a estruturação econômica do setor agropecuario. — Primeiramente pela agressão que impõe aos recursos naturais, através da itinerância das atividades agropecuárias. Em segundo lugar, pela instabilidade econômica dos sistemas de exploração, uma vez que são descapitalizadas as potencialidades econômicas e sociais de cada região — observam os estudos. Para os técnicos, o nível tecnológico é o principal elemento norteador do uso da terra e da produtividade. Se não for viabilizado o plano agropecuario, que já foi elaborado, os produtores vão continuar usando tecnologia primitiva e destruindo os recursos naturais, sem conseguir estabilidade econômica e social. O planejamento do setor agropecuario é importante principalmente

levando em conta que a produtividade está baixando em várias culturas do Estado, e o custo de produção está aumentando muito para os agricultores. Em consequência, a renda do produtor acabará também diminuindo. Sem mudança na estrutura agropecuária, a situação atual tende a se agravar, no entender dos estudiosos do setor agropecuario. Surgiram problemas com reflexos sociais como: conflitos por terra, baixa rentabilidade das culturas perenes e anuais e, inclusive, a baixa renda dos produtores. — Esta conjuntura e as precárias condições de saúde e educação poderão desencadear um processo migratório para novas fronteiras agrícolas, invasão de áreas de reservas indígenas, biológicas e florestais, como também a busca de novas formas de sobrevivência na periferia dos centros urbanos — observam os técnicos. Sem as mudanças estruturais na política agropecuária do Estado, as áreas recomendadas para a exploração agropecuária fatalmente serão desmatadas para incorporação ao processo produtivo. Assim, a agricultura nômade continuaria imperando e sempre dando lugar à pastagem e, por sua vez, à formação de capoeira. — A consequência disso é o acréscimo das áreas degradadas, principalmente pastagens, aumento exagerado de desmatamento, ocasionando solos desprotegidos sem incrementos na produção estadual. O prejuízo ecológico causado pelo desmatamento desordenado é incontestável, quer pela perda de fertilidade do solo e assoreamento dos leitos dos rios, quer pelas mudanças climáticas acentuadas. Além disso, como maior alcance das enchentes, atingindo cada vez maiores áreas por períodos mais longos — completam os técnicos. Normalmente, segundo os dados, a área desbravada é utilizada com culturas de subsistência como arroz, milho e feijão, cedendo lugar para a implantação de pastagens, café ou cacau, quando não ficam em descasseo após três anos de uso intensivo.

WORKSHOP/CONCLUSÕES

Quadro preocupante na saúde

Na primeira etapa do Workshop sobre Planejamento Estadual, promovido pela Seplan e Governo de Rondônia, foi feita uma radiografia completa dos aspectos sócio-econômicos do Estado. Participaram dos debates e grupos de trabalho mais de 20 pessoas, entre técnicos de Ministérios da área social e assessores do Governador Angelo Angelini. Os técnicos concluíram que é preciso racionalizar a ocupação das terras de Rondônia. Entenderam ser preciso ação política para a alocação de recursos aos investimentos e planejar, de forma racional, os programas sociais ligados à saúde, educação, saneamento e abastecimento. Os problemas sociais foram exaustivamente debatidos durante o seminário, realizado no Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico (Cendec) ligado à Seplan. Os assessores do Governo estadual mostraram, com estatísticas, a realidade sócio-econômica do Estado, e ao final, alertaram para a necessidade de a Assembléia Nacional Constituinte examinar de maneira definitiva regras para a atividade da mineração — um problema grave no Estado, que traz consequências sociais como a violência nas cidades e índice de marginalidade. A questão indígena, conforme os técnicos, precisa também ser definida na Constituição, a fim de assegurar o direito à terra e acertar critérios para a preservação das áreas indígenas. O problema da saúde, conforme exposição feita pelo Assessor do Governo de Rondônia, Francisco Ansiliero, é sério. Entre os fatores que mais influenciam a saúde dos habitantes de Rondônia, dificultando e encarecendo a prestação de serviços neste setor, são os seguintes: população dispersa e em rápido crescimento; falta de infra-estrutura de transporte e comunicações; dificuldades de acesso a serviços essenciais; condições climáticas favoráveis ao alastramento de doenças endêmicas; e baixa cobertura dos serviços de saúde. A taxa de mortalidade infantil, que é dos marcos de referência mais importantes para avaliar o nível de saúde, é de 104/1.000 nascidos vivos contra 82/1.000 para o país. Além disso, a baixa cobertura de vacinas contribui para o elevado coeficiente de incidência das doenças preveníveis por imunização, como a coqueluche, sarampo e tétano. Destaca-se, ainda, a alta morbidade das doenças endêmicas como leishmaniose cutâneo-mucosa, malária, tuberculose e Hanseníase. A distribuição espacial de médicos, dentistas e enfermeiros e pessoal de enferma-

gem mostrou-se bastante irregular, constatando-se elevada concentração na região de Porto Velho, onde, se encontram 54,53 por cento do pessoal de atendimento direto, ou seja, médicos, odontólogos, enfermeiros, nutricionistas e assistentes sociais. Os demais serviços como apoio técnico e terapêutico e pessoal auxiliar representaram 60,96 por cento e 51,88 por cento, respectivamente. Ficou evidente também a baixa produtividade, com rendimento médio para o Estado, em 1985, em menos de uma consulta por habitante no que se refere ao atendimento médico da rede ambulatorial pública. Na região de Porto Velho, segundo documento do Governo estadual, achavam-se 17,33 por cento dos estabelecimentos, em geral, e 24,66 por cento dos hospitais, com 29,88 por cento do total de leitos no Estado. O setor público detinha 79,39 por cento das unidades de saúde, sendo que 78,11 por cento pertencentes à Secretaria de Saúde e 3,28 por cento à Fundação SESP; 1,41 por cento de outras instituições. O setor privado, com 19,20 por cento. Na área de assistência hospitalar, a situação se apresentou diferente. O setor privado dominava, de 80 a 85, 52,9 por cento dos leitos. Os restantes estavam assim distribuídos: 40,35 por cento da secretaria de saúde, 5,91 por cento da Fundação SESP e 1,84 por cento de outras instituições. O rendimento médio do leito no Estado, nos últimos seis anos, foi de 47,10 altas por leito/ano podendo ser considerado alta para hospitais gerais. Para o Estado como um todo, a relação leito-habitante se apresenta com 2,28 leitos por mil habitantes, ou seja, quase a metade da que é considerada aceitável — 4,50 leitos/1000 habitantes. A questão do saneamento como um componente fundamental para as condições de vida da população de Rondônia foi amplamente colocada durante o "workshop sobre planejamento estadual". O saneamento deve não apenas permitir o assentamento, mas também assegurar a manutenção das condições de vida satisfatórias para não agravar a tendência ao êxodo rural. Se em 1980, o Brasil apresentava mais da metade 54,9 por cento dos domicílios com ligação à rede de água, Rondônia, sequer apresentava um quinto (18,3 por cento); na área urbana com 35,55 por cento de ligações, o Estado não apresentou a metade do índice do País, 7 que foi de 76,10 por cento.

